

ECONOMIA

Dicas para comprar material escolar na volta às aulas

Pais precisam ter jogo de cintura para compensar aumento no preço que chega a 10%

O começo do ano é oficialmente a época que grande parte das famílias usa para se organizar no quesito volta às aulas. E, apesar de vivemos um cenário de incertezas quanto ao futuro das atividades presenciais, em 2021 não está sendo muito diferente do ano passado quando começou a pandemia da covid-19.

O contraste é que, agora, além de lidar com o fator pandemia, os responsáveis precisarão se organizar para o aumento de até 10% que os preços dos itens de material escolar sofreram, se comparados a janeiro de 2020, segundo o economista Sergio Motta. Esse acréscimo representa mais que o dobro da inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 4,52%, registrado no ano passado.

“Segundo algumas estimativas preliminares, o material escolar já sofreu um aumento entre 8% e 10%, se compararmos os preços praticados em janeiro deste ano contra os de janeiro de 2020. Uma das razões para esse aumento, acima da média da inflação, foi o efeito da alta do dólar ocorrida em 2020, de 36,27%, e o consequente aumento do preço da celulose em reais no Brasil. A celulose é utilizada como insumo para a fabricação de cadernos e livros didáticos”, explicou Motta.

NOVOS ITENS NA LISTA

O consultor de varejo Marco Quintarelli reforça o coro sobre o aumento dos itens e cita, ainda, a alta nos gastos com lista de materiais por conta da necessidade de novos itens.

“Produtos como papel para impressão, alguns pro-



Especialistas afirmam que lista de material escolar não muda por conta da pandemia do coronavírus

duto de bazar importados ou com licenciamento (personagens infantis), como mochilas e estojos, são os que tiveram maiores aumentos. Fora a inclusão de novos itens como álcool em gel e máscaras para utilização dos alunos nos espaços escolares”, enumera.

Com a incerteza sobre o cenário das aulas neste ano, as expectativas do setor para as vendas também estão duvidosas. “A indecisão do retorno real das aulas presenciais devem influenciar nas vendas diretamente, até porque os pais devem postergar ao máximo dispensar o investimento nestes itens”, acrescentou Marco Quintarelli.

Reportagem da estagiária **Maria Clara Matturo**, sob supervisão de **Marina Cardoso**

FIQUE ATENTO

Lista motivou para troca de escola

■ Para alguns responsáveis, a preparação no novo ano letivo e a mudança de cenário ocasionada pela pandemia foram motivos de troca de escola. Esse é o caso da Social Media Lícia Albuquerque, 32 anos, que decidiu, com o marido, trocar a escola da filha Giovanna, 4 anos, após se sentir prejudicada.

“O material escolar foi o nosso grande problema com a escola em que nossa filha estava. Em janeiro entregamos toda a lista de material, inclusive os de uso coletivo, e não foi usado. No final do ano, antes de decidirmos mudar de escola, quando questionamos sobre a lista para o ano seguinte, nos passaram

uma lista normal. Perguntei sobre os itens do ano anterior e disseram que teriam usado, mas me questionei como poderiam ter utilizado lápis de cor, lápis de escrever que eram dez por criança, se praticamente não tiveram aula?”, relatou Lícia.

Ao matricular a filha em uma instituição diferente, Lícia contou que encontrou cenário preparado para as incertezas do momento. “Conversei com a diretora antes mesmo de fazer a matrícula, ela falou que os alunos que já eram de lá não levarão novos materiais, no máximo, itens usados em estudos em casa. Para alunos novos, uma lista será feita”.



A escola não pode vender materiais na instituição, dizem especialistas

COMPARE

4,52%

Inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 4,52%, registrado no ano passado.

8% A 10%

Material escolar sofreu aumento entre 8% e 10%, se comparado aos praticados em janeiro deste ano contra os de janeiro de 2020.

Mas afinal, quais os direitos dos pais ?

► A advogada especialista em Direito do Consumidor Monica Heskett pontuou que muitos fatores relacionados à lista de material escolar não mudam por conta da pandemia, mas todos devem estar previamente discriminados no contrato. “A escola não pode vender materiais na instituição, escolas que têm material didático próprio ou importado, por exemplo, devem estar previsto no contrato. Algumas pedem que pais comprem material direto na escola e isso é proibido. Também não é permitido determinar qual tipo de máscara a criança deve usar, os pais devem determinar o tipo que acharem

mais adequado, e o álcool em gel deve ser fornecido pela própria escola”.

O Procon-RJ orientou que as instituições de ensino devem ponderar, na educação infantil e nas séries iniciais do fundamental, quais itens serão usados no ensino presencial ou remoto no desenvolvimento do plano pedagógico, e da lista de materiais.

“A autarquia emitiu uma recomendação às instituições de ensino da rede privada, que a escola preste conta do material não usado no ano anterior em virtude da pandemia ou se possível, disponibilize o uso em 2021, se incluído no plano pedagógico, compensado assim os custos com a lista de material atual”, acrescentou

o presidente do Procon-RJ, Cássio Coelho.

Os materiais coletivos, que são os maiores causadores de dúvidas, não podem ser cobrados antes do começo das aulas. “Se cobrarem tem que ser acordado com o consumidor previamente, em contrato aceito pelos dois. Caso se sintam lesados, responsáveis devem falar com a escola, mas se não tiverem sucesso, podem sim entrar com ação no Procon”, concluiu Mônica.

É possível seguir algumas dicas para economizar. Comprar em conjunto, evitar produtos de marca e licenciados, e pesquisar em vários locais são as grandes aliadas do orçamento.

PALOMA SAVEDRA SERVIDOR

■ e-mail: paloma.savedra@odia.com.br

■ site: www.odia.ig.com.br/colunas/servidor



PARA NOVO REGIME FISCAL

CONTRAPARTIDAS DO RIO PRESTES A SAÍREM DO PAPEL



RAFAEL CAMPOS

O Estado do Rio articula com a equipe econômica do governo federal a adesão ao novo Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Se isso de fato acontecer, o Rio terá alívio de caixa de mais de R\$ 50 bilhões, entre 2021 e 2029, com a suspensão do pagamento das parcelas da dívida com a União. Os dados são da Secretaria do Tesouro Nacional. Mas para o governo estadual conseguir assinar o acordo financeiro e ficar sob a vigência do regime, são exigidas diversas contrapartidas de ajuste.

Isso significa reformas: a administrativa e a previdenciária. O Executivo fluminense também terá que fazer revisão de benefícios fiscais e planeja a criação de uma nova lei de teto de gastos — vale lem-

CONFIRA

14

Estatais podem passar por reformulações, como até privatização

da que essa reforma será apenas um braço de um amplo projeto de modernização da máquina pública. Está por vir uma reformulação das secretarias e dos cargos públicos. Os estudos de economicidade estão sendo realizados, e nos próximos dias o governador em exercício Cláudio Castro tomará conhecimento de cada detalhe.

Além disso, o Conselho de Supervisão da recuperação fiscal do Rio recomendou ainda 14 desestatizações, apontando gasto total de R\$ 1,5 bilhão em três anos com algumas companhias e empresas públicas, como a coluna informou em 6 de maio de 2020.

NA PREVIDÊNCIA

Em relação à mudança das regras previdenciárias, a alíquota de contribuição subiu de 11% para 14% em 2017, após aprovação na Alerj. A expectativa agora é que a idade mínima para a aposentadoria aumente, de acordo com as medidas previstas na Reforma da Previdência nacional (Emenda Constitucional 103/19).

Assim, será preciso ter pelo menos 62 anos (se mulher) e 65 anos (se homem) e 25 anos de contribuição para se aposentar, desde que cumpridos os 10 anos de serviço público. Atualmente, quem ingressou até 31 de dezembro de 2003 pode se ir para a inatividade com 60 anos (se homem) e 55 (no caso das mulheres), com pelo menos 20 anos de serviço público.

Estado não vislumbra cenário fora da recuperação fiscal: governistas apontam colapso

brar que, em 2017, quando aderiu da primeira vez ao RRF, o estado aprovou a medida no Legislativo.

O governo do Rio considera inviável um cenário sem a recuperação fiscal. Afirma que haveria colapso nas contas e faltaria dinheiro para quitar salários e para a manutenção dos serviços à população. A reforma administrativa — ou reestruturação do estado — está prestes a ser apresentada novamente a integrantes da Assembleia Legislativa e a sair do papel. Na prática, a proposta prevê a fusão de fundações e extinção de alguns órgãos.

Governistas dizem ain-

PRECISANDO DE DINHEIRO?

SERVIDORES PÚBLICOS
FORÇAS ARMADAS
SIAPE, INSS E
EMPRÉTIMO PESSOAL

(21) 3258-8807

@topmaisp

Av das Américas, 18.500 - Recreio dos Bandeirantes - RJ

TOP+
Seguro, Saúde e Crédito

SIMULE SEU
EMPRÉTIMO
CONSIGNADO



ESCANEE ESTE CÓDIGO!